

“E a ama de leite cumé que fica?”: problematizando imagens de controle

“And the wet nurse cumé that stays?”: problematizing controlling images

Rafaella Massuia Vaz, Flavia Fernandes de Carvalhaes

Resumo

Esta pesquisa documental investiga discursos que constituem imagens de controle sobre amas de leite, presentes na sociedade brasileira no século XVIII e meados do século XIX, e parte de suas reverberações na atualidade. Inicialmente, articula-se um debate sobre gênero como produção colonial e interseccional e a operacionalidade de parte das imagens de controle atribuídas às mulheres negras. Em seguida, são analisadas imagens de controle associadas às amas de leite negras que circularam no Brasil no século XVIII. Na continuidade, são problematizados discursos médicos articulados no século XIX que questionaram a presença das amas de leite na conjuntura familiar e, de modo breve, é anunciado um fio discursivo que conecta parcialmente as amas de leite às babás no Brasil contemporâneo. As considerações finais sinalizam a importância da articulação de análise interseccionais e localizadas sobre os processos de produção da subjetividade, como estratégia para desestabilizar a geopolítica do conhecimento na ordem global.

Palavras-chave

Amas de leite, Imagens de controle, Interseccionalidades.

Abstract

This qualitative research maps discourses that constitute controlling images over wet nurses, present in Brazilian society in the eighteenth century and mid-nineteenth century, and that reverberate, albeit partially, today. Initially, a debate is articulated about gender as a colonial and intersectional production and the operationality of part of the controlling images attributed to black women. Then, a survey and analysis of controlling images, produced in the eighteenth century, associated with black wet nurses who circulated in Brazil is presented. In continuity, we discuss medical discourses articulated in the nineteenth century which questioned the presence of wet nurses in the family context and, briefly, we announce a discursive thread that partially connects wet nurses to nannies in contemporary Brazil. The final considerations signal the importance of articulating intersectional and localized analysis of the processes of subjectivity production as a strategy to destabilize the geopolitics of knowledge in the global order.

Keywords

Wet nurses, Controlling images, intersectionalities.

Rafaella Massuia Vaz
Universidade Estadual de Londrina

Graduanda no programa de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina – Brasil.

rafaella.massuia@uel.br

Flavia Fernandes de Carvalhaes
Universidade Estadual de Londrina

Docente no Departamento de Psicologia Social e Institucional e no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina – Brasil.

fcarvalhaes@uel.br

Introdução

Esta pesquisa mapeia discursos que constituem imagens de controle sobre mulheres negras, mais especificamente a figura da ama de leite, presente na sociedade brasileira no século XVIII e meados do século XIX. Outro objetivo consiste em problematizar impactos de marcadores sociais de diferença de classe, raça e gênero nos processos de produção da subjetividade.

Assim, a noção de “imagens de controle” ganha consistência nessa investigação, a partir do debate de Patrícia Collins (2019). A pesquisadora utiliza a categoria analítica nomeada de imagens de controle, para designar a construção ideológica baseada em preceitos e ideias racistas, colonizadores e sexistas, datados desde a escravização que vão construir discursos e práticas em relação a determinados grupos sociais. Collins analisa, mais especificamente, como o poder age a partir de imagens construídas em torno de mulheres negras, fato que será problematizado nesta pesquisa a partir da análise de imagens de controle associadas às amas de leite.

A escolha pela pesquisa documental, enquanto percurso metodológico, se materializa na possibilidade de problematização de documentos de domínio público disponíveis de modo impresso e/ou virtual (revisões bibliográficas, materiais escritos, elementos iconográficos, entre outros exemplos), segundo os objetivos da investigação proposta (PIMENTEL, 2001). A pesquisa tem ainda como referencial teórico, produções articuladas nos campos dos estudos de gênero, especialmente nos feminismos negros, denominados como subalterno e/ou terceiro-mundistas. Portanto, em diálogo com essa perspectiva epistemológica, entende-se a categoria gênero enquanto produção colonial e interseccional, que se articula no intercruzamento entre sistemas de opressão materializados no colonialismo, racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2019).

Inicialmente, articula-se um debate sobre gênero como produção colonial e interseccional e a operacionalidade de parte das imagens de controle atribuídas às mulheres negras nessa construção. Em seguida, é apresentado um levantamento e análise de imagens de controle, produzidas nos séculos XVIII, associadas às amas de leite negras que circularam no Brasil. Na continuidade, são problematizados discursos médicos articulados no século XIX, que questionaram a presença das amas de leite na conjuntura familiar e, de modo breve, é anunciado um fio discursivo que conecta parcialmente as amas de leite às babás no Brasil contemporâneo.

Gênero como produção colonial: imagens de controle em circulação

Tendo em vista que esta pesquisa analisa imagens de controle associadas às amas de leite, faz-se necessário discorrer sobre os processos de exploração colonial perpassados em solo brasileiro e parte de seus efeitos na população. Assim, no processo de colonização do Sul Global, a modernidade europeia produziu dicotomias e hierarquias as quais dividiram em categorias binárias a vida como um todo. Uma das principais divisões é a que se articula entre os povos colonizadores, considerados humanos e civilizados, e os colonizados, considerados não-humanos, animais, possuidores de uma sexualidade selvagem (LUGONES, 2014). De acordo com Oyěwùmí (2017, p. 1), a partir da colonização europeia, “gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas”.

Esta racionalidade binária compõe o fenômeno que Anibal Quijano denomina de “colonialidade”, que reverbera, ainda hoje, na vida em sociedade. Os efeitos desta implicam na reprodução entre a população de “categorias em termos homogêneos, atomizados, separáveis, e constituídos dicotomicamente” (LUGONES, 2014, p. 942), sendo que cada categoria vai se constituir tendo como referências marcadores de diferença localizados como dominantes ou subalternos.

Assim, diferente de mulheres brancas europeias, de classes médias e altas, que foram representadas a partir de noções de feminilidade pautadas, por exemplo, em premissas de doçura e fragilidade, as mulheres negras foram desumanizadas, sendo relegadas a uma posição social de fêmeas, a uma suposta categoria de natureza (LUGONES, 2014). Neste sentido, questiona-se se estes corpos escravizados e subalternizados eram localizados tendo como referência à categoria universal (e colonial) de mulher.

De acordo com Hooks (2019), durante a escravização não era incomum que mulheres escravizadas realizassem os mesmos trabalhos que homens escravizados, como também sofressem as mais diversas formas de violências físicas e simbólicas. Para além, quando o racismo e sexismo se intercruzavam em seus corpos, a violência relacionada ao abuso sexual também acontecia. Através de mitos criados sobre essas mulheres, como os pressupostos de imoralidade e promiscuidade, os homens brancos legitimavam suas atrocidades, utilizando o estupro como “uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (DAVIS, 2016, p. 36).

O fato é que parte desses mitos, chamados na presente pesquisa de imagens de controle, que operaram na criação de “verdades” sobre o que uma mulher negra supostamente seria, circulam ainda hoje na vida em sociedade. Assim, mesmo que atualmente parte das mulheres negras brasileiras tenham outras condições de vida, ainda há uma persistência em lê-las e aprisioná-las em figuras historicamente edificadas, como, por exemplo, a mulata, a doméstica e a sambista. Nesse sentido, resgata-se também a discussão da pesquisadora brasileira Lélia Gonzalez (1983) sobre como o racismo e o sexismo estruturam e operaram na realidade cultural brasileira, na edificação de três figuras majoritárias de mulheres negras, a saber: a mulata, a doméstica e a mãe preta.

De acordo com Gonzalez (1983), a mulata e a doméstica se articulam como dois lados de uma mesma moeda, como mulher endeusada, rainha, desejada no carnaval, entre outros exemplos, a mulata é uma figura associada à empregada doméstica. Portanto, num primeiro momento, uma suposta democracia racial é sustentada na figura da mulata, para que depois o oculto deste discurso apareça na figura da empregada, ou seja, a dominação. A doméstica é o lado da moeda da desvalorização, considerada o “burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1983, p. 230).

Na época escravocrata, a mucama representaria o engendramento da mulata e da doméstica. Esta mulher era aquela que realizava serviços domésticos e sexuais aos homens brancos, como também cuidava dos filhos dos senhores, podendo ser, neste caso, uma ama de leite. Nesse sentido, Gonzalez (1983, p. 235) analisa a figura da mãe preta:

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá

dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira.

Vale ressaltar uma análise importante que a autora realiza neste trecho sobre a mãe preta, pois, denunciando os discursos que sustentam esta imagem de controle, principalmente calcados nos pressupostos de “amor e dedicação totais” e/ou “traidora da raça”, propõe outra localização para esta figura. Agora, posicionada em uma marginalidade específica, importante e com certo poder, sendo aquela que vai dar uma “rasteira na raça dominante” (GONZALEZ, 1983, p. 235).

É importante pontuar aqui algumas questões primordiais. Os exemplos de imagens de controle que Gonzalez (1983) nos oferta, dizem sobre o interesse da elite branca masculina em definir mulheres negras. Portanto, não estamos lidando com o que mulheres negras são, mas com discursos e representações formalizadas pela branquitude sobre o que a negritude deveria ser. Estas construções não representam mulheres negras, portanto, mas sim o imaginário branco.

Logo, pesquisas sobre os efeitos dessas imagens de controle são fundamentais, pois estas são acionadas e reproduzidas em grande parte das relações sociais, em espaços institucionais, entre outros exemplos, que mulheres negras circulam. Tais imagens de controle sustentam e possibilitam o exercício de estratégias diversas de explorações e opressões, que são, perversamente, reproduzidas falaciosamente como “naturais”. Em outras palavras, as violências e opressões são justificadas a partir das imagens de controle, como as que serão apresentadas a seguir em relação às amas de leite, produzidas nos séculos XVIII.

A ama de leite na sociedade escravocrata

Inicialmente, é proposto um retorno à época colonial, mais precisamente a partir do século XVIII, pois é deste período que a elite brasileira se constrói, de modo mais intenso, com bases e influências da cultura europeia, incorporando certo modo europeu de existência, o que implicou em um número mais expressivo da população escravizada, também por conta da economia mineradora (SCHWARCZ, 2018). Assim, as amas de leite, que já eram presentes na Europa desde o século XIII (CARNEIRO, 2006), são reconfiguradas para a realidade brasileira, se tornando figuras presentes no trabalho doméstico e nos cuidados das crianças de famílias mais abastadas economicamente. Destaca-se que essas mulheres ocupam este cenário em uma condição subalterna e escravizadas, sendo circunscritas como propriedade dos senhores de engenho.

As mulheres negras tiveram diversas funções importantes dentro da realidade escravagista brasileira, “normalmente elas eram inseridas no sistema escravocrata como serviçais nas fazendas ou casarões, no eito das plantações, como lavadoras, quitandeiras ou vendedoras nas ruas das cidades” (SILVA, 2016, p. 298). Neste cenário, parte delas poderiam também trabalhar como “mucamas”, o que possibilitava uma maior proximidade com as famílias, pois eram destinadas a cuidar do espaço doméstico, nas casas-grandes, como também mais expostas ao abuso sexual (DAVIS, 2016). Para além, quando tais mulheres estavam em período lactante, poderiam ser obrigadas a amamentar os filhos dos patrões, ocupando o lugar de amas-de-leite, sendo estas propriedades pertencentes à própria família e/ou alugadas, como elucida os trechos do *Jornal do Commercio* (1832 apud LÖFGREN e GOUVÊA, 2018, p. 44) da época destacados abaixo:

13 Quem quiser alugar huma muito boa perfeita ama de leite, mui sadia, sem moléstia e sem vício algum; quem dela precisar dirija-se a rua do Alijube, n. 17, que achará com que tratar.

14 Quem de huma ama de leite, preta nova, com dias crias, sem achque algum, nação Mina, dirija-se a rua do Rosario n.150, que ahi achará com quem tratar, pois vende-se porque seu dono quer-se ausentar desta Capital.

15 Precisa-se com muita brevidade de huma preta ama de leite, que sendo boa não haverá dúvida de se lhe dar hum bom preço; que a tiver dirija-se ao Escriptorio deste Jornal.

16 Quem quiser alugar huma parida de trez meses, procude na rua dos Siganos n.10.

Ao nos atentarmos às mensagens contidas nos anúncios jornalísticos, percebemos enunciados que produzem “um arsenal cultural comum a ambos os anunciantes/negociantes” no caso, “a difusão de representações e sensibilidades acerca das domésticas” (SILVA, 2004, p. 210). Assim, através das palavras “vende-se”, “aluga-se”, “parida” é possível evidenciar a leitura racista e colonial operacionalizada sob mulheres negras escravizadas, que as circunscreveu enquanto mercadorias, reduzidas, portanto, a uma condição de objeto e, por vezes, animalesca. No trecho “mui sadia, sem moléstia e sem vício algum” vemos ainda uma preocupação higienista em torno da saúde física e moral dessas mulheres. Ainda na análise do trecho destacado, questiona-se sobre a necessidade do anunciante adjetivar a ama de leite como “boa” e “perfeita”. Indaga-se sobre a necessidade de transmitir certa confiança, garantia e funcionalidade do produto ao comprador/locatário, algo que Carneiro (2006) interroga sobre quais práticas seriam então consideradas indesejáveis por esses senhores. A autora analisa a hipótese de que a própria sobrevivência dos costumes africanos já poderia desagradar os escravistas, homens conectados aos ideais de progresso e civilidade europeus brancos.

Outra perspectiva se refere à possibilidade de resistência às atividades forçadas que essas mulheres poderiam expressar, sendo tais “comportamentos indesejáveis” para as famílias e/ou locatários, ao passo que demarcavam um posicionamento das amas de leite enquanto sujeitos diante de condições tão objetificantes (CARNEIRO, 2007). Assim, nessas situações, as escravizadas fugitivas poderiam ser adjetivadas enquanto “viciosas”, algo importante de ser pontuado, pois marca que, por mais que tais mulheres estivessem inferiorizadas, não estavam convencidas de sua inferioridade, fato que possibilitou movimentos de luta e rebeldia frente ao sistema colonial-moderno. Desse modo, por meio de um “simples” recorte jornalístico, temos notícias sobre parte das tensões e complexidades que atravessavam a presença da ama de leite na vida familiar e social.

No Brasil, ainda que constituído por um intenso processo de europeização dos modos de vida locais, é possível sinalizar algumas diferenças em relação à Europa no que se refere às figuras das amas de leite. De acordo com Barbieri e Couto (2012), quando os portugueses adentram no território brasileiro, trazem consigo representações pejorativas sobre o processo de aleitamento materno, tomando-o como uma suposta prática primitiva. Nesse sentido, primeiramente, o trabalho foi destinado às jovens indígenas, e, depois, às mulheres escravizadas negras. Assim, diferente da realidade europeia, as amas de leite no Brasil, em um primeiro momento, eram mulheres submetidas ao processo de escravização, e, portanto, consideradas objetos e propriedades dos senhores de engenho. De acordo com Freyre (2003), a transferência do aleitamento materno acontecia devido à impossibilidade física das mulheres brancas, que muitas vezes se casavam novas demais e acabavam ficando debilitadas devido ao grande número de filhos gerados. Há também uma leitura de que as mulheres

brancas portuguesas ficavam esgotadas devido ao clima tropical do Brasil, enquanto as mulheres negras escravizadas já estavam acostumadas a tal clima possuindo uma melhor condição de amamentação (FREYRE, 2003). Assim, na perspectiva do autor, a ama de leite aparece mais como uma “ajuda necessária” ao funcionamento da sociedade patriarcal escravocrata do que por influência de alguma “imposição da moda” europeia. Aqui, vale mencionar alguns riscos presentes nas leituras de Gilberto Freyre, o qual, por vezes, romantiza o trabalho da ama de leite não abarcando o contexto de exploração, dominação e coerção vivenciado pela mulher escravizada, fato que o mantém sob um olhar estereotipado, de amor e afeto integrais, sobre tal figura.

No ano de 1808, principalmente com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a demanda por amas de leite cresceu, visto o aumento da demografia populacional (BARBIERI e COUTO, 2012). Somado a isso, discursos racistas da época promulgavam que as mulheres negras eram mais saudáveis e, portanto, o leite seria mais rico e forte (SILVA, 2016). Freyre (2003, p. 230) destaca um trecho dito por um escritor europeu em terras portuguesas, o qual alegava que as mulheres negras “além de serem mais sanguinhas, convertem melhor o alimento em sangue e em leite, á maneira da terra, que quanto é mais negra, tanto é mais fértil”. Aqui é interessante perceber a articulação colonial realizada entre o corpo da mulher não-branca e a terra, pois nas narrativas coloniais esta ganha um caráter sexualizado, como recurso natural, igualmente aos corpos de mulheres escravizadas, os quais poderiam ser explorados e dominados (LUGONES, 2014). Portanto, percebemos as perspectivas racista e colonial perante a amamentação destinada às mulheres escravizadas, as quais mediante o olhar que as animalizava, produzia um entendimento de que naturalmente seus corpos eram potencialmente frutíferos e férteis.

A amamentação das crianças brancas por parte das escravizadas revela consequências nefastas para a organização familiar dos negros, pois, na maioria das vezes, a mulher negra deveria estar atenta exclusivamente aos cuidados dos filhos do senhor, enquanto os seus filhos enfrentavam sérios riscos de abandono e morte (KOUTSOUKOS, 2007). Consideradas enquanto reprodutoras de uma prole, mulheres negras escravizadas eram negadas ao exercício da maternidade, no que diz respeito ao cuidado e zelo para com seus filhos. Nesse sentido, uma das alternativas ofertadas para as escravizadas era a deposição “de seus filhos na Roda dos Enjeitados, com a ‘falsa promessa’ de que caso as crianças sobrevivessem, estariam libertas ou alforriadas” (SILVA, 2016, p. 307). Ademais, as amas de leite poderiam trabalhar nessas Rodas, lugar conhecido também como Casa dos Expostos ou Casa da Roda, fato que Carneiro (2006, p. 27) evidencia em sua pesquisa e demonstra as leituras racistas e desumanizantes realizadas sobre os corpos de mulheres negras nestas instituições, onde eram vistas e tratadas enquanto “matrizes produtoras de um alimento”.

A restrição sobre o fato de as amas, em sua maioria, só poderem exercer os cuidados dos filhos dos seus senhores, gerou também consequências para o próprio funcionamento intrafamiliar colonial branco. No período de aleitamento, a criança e a mulher escravizada geralmente estabeleciam vínculos afetivos, sendo que estes podiam ultrapassar tal fase, de modo que tal mulher continuasse nos cuidados da criança durante a sua infância, se transformando em “ama seca”, “segunda mãe” ou “mãe preta” (MAUZE, 2018; SILVA, 2016). Assim, as amas de leite que eram propriedade dos senhores de engenho permaneciam no âmbito doméstico da vida familiar, enquanto que “as amas de leite alugadas eram devolvidas aos donos e poderiam nunca mais ver as crianças que criaram” (MAUZE, 2018, p. 362). Ainda sobre essa questão, Mauze (2018) indica que os senhores que alugavam escravizadas para outras famílias realizavam propagandas para que sua “mercadoria” continuasse sendo utilizada após o período de

aleitamento, assim, eles apontavam os benefícios e habilidades que essas poderiam exercer no serviço doméstico após a amamentação, enquanto lavadeiras, cozinheiras, costureiras, etc.

A presença das amas de leite na família escravista, portanto, configura-se em um campo de disputas onde discursos contraditórios e complexos se entrelaçam. Nesse sentido, Segato (2006) problematiza o comentário de Luiz Felipe de Alencastro (Cientista Político e Historiador) sobre uma fotografia de 1860, que retrata uma ama com uma criança branca ao seu lado. Luiz demarca a paradoxal relação estabelecida entre os corpos que ali se encontram, pois, a ama era do menino, “por amor ou por direito de propriedade” (ALENCASTRO, 1998a, p. 439-440 apud SEGATO, 2006, p. 15). A autora vai somar a tal comentário, analisando o sentimento edípico presente nessa relação, pois se o bebê “é, de fato, proprietário ou locatário, do corpo da mãe, por aluguel ou por salário, a relação de apropriação se duplica, e assim também suas consequências psíquicas” (SEGATO, 2006, p. 15).

Deste modo, é possível perceber que nas relações entre as amas-de-leite e as famílias brancas, especialmente quanto à criança cuidada, se “por um lado, envolviam afetividades, dedicação e fidelidades entre os sujeitos históricos em questão, por outro, eram gestadas num ambiente de abuso, humilhação, violência física e simbólica, característico da própria escravidão como instituição” (MAUZE, 2018, p. 361). Nesse sentido, vê-se que no âmbito privado vivências ambíguas aconteciam na relação, pois, os pressupostos de uma sociedade escravista, racista e patriarcal, estabeleciam relações de poder hierárquicas entre pessoas brancas e negras, contudo, ao mesmo tempo, vínculos de carinho e gratidão também poderiam atravessar e compor os relacionamentos. Nas palavras de Schwarcz (2018, p. 50):

se existia afeto ou revolta entre a ama e seu pequeno senhor, não há como saber. Com certeza havia afeto e revolta, afeto com revolta diante de situações que deveriam simbolizar uma relação afetiva, mas que, paradoxalmente, demonstravam as contradições de um sistema marcado pela violência e pela afirmação da hierarquia estrita.

Entende-se, portanto, que o afeto presente nesta relação não neutraliza a hierarquia social, pois violência e afeição acontecem de maneira articulada, fato que demonstra exatamente a operação estruturante do racismo no Brasil (SCHUCMAN, 2021).

É a partir da segunda metade do século XIX, que intensas problematizações acerca da figura da ama de leite vão surgir, em decorrência das transformações culturais, políticas, sociais e econômicas na vida em sociedade, onde parte da população brasileira incorpora discursos médicos europeus que problematizavam a alta taxa de mortalidade infantil na realidade brasileira (SILVA, 2016). De acordo com Koutsoukos (2009), com as epidemias de febre amarela e cólera nas cidades, uma preocupação médica e sanitária toma conta do Brasil, apontando para os cuidados necessários com os bebês brancos. Os médicos higienistas, atentos à mortalidade desses bebês, direcionam o debate público para a importância da amamentação materna, fato que colocou em questão a presença da ama-de-leite no cotidiano das famílias abastadas. A partir disto, podemos pensar sobre a passagem da ama de leite de “figura necessária” para uma “figura de risco e perigo”, transição que será abordada no subtópico seguinte.

A ama de leite “perigosa”

A caracterização da ama de leite enquanto uma figura perigosa se estabelece a partir de discursos higienistas atentos à mortalidade infantil, principalmente quanto à saúde das crianças brancas (DEIAB, 2006). Nesse contexto, os médicos acreditavam que doenças físicas e morais poderiam ser transmitidas às crianças via as amas, uma vez que no leite delas haveria vírus e ‘germes’, sendo que estes conteriam, supostamente, “disposições hereditárias da escrava e se desenvolveriam mais tarde nos pequenos entes, a exemplo da suposta predisposição das escravas para a promiscuidade” (KOUTSOUKOS, 2009, p. 311).

Contudo, de acordo com Mauze (2018), a discussão no âmbito médico sobre a amamentação realizada pelas amas não foi unânime. Por um lado, havia médicos que acreditavam no risco de transmissão da cultura africana e de doenças para o infante, entretanto, concomitantemente, outros médicos apoiavam o aleitamento como prática que deveria ser realizada pelas escravizadas. Em meio a essas disputas de narrativas que circulavam no cenário público, a autora coloca que a família escravagista permanecia e resistia “às transformações desejadas pelas ruas” (MAUZE, 2018, p. 372), mantendo, de algum modo, a figura da mulher negra escravizada no seio de sua organização.

Para entender tal articulação, entre a prática do aleitamento realizada pelas amas de leite e o suposto risco presente neste ofício, assinala-se o tempo histórico ao qual se refere. Este diz sobre um período em que a sociedade foi emparelhada a partir da articulação entre os preceitos da ciência médica, do Estado e discursos moralizantes, os quais juntos construíram bases para a organização do projeto civilizatório e futuro que o Brasil buscava atingir. Nesse sentido, tais discursos e estratégias de normalização vão incidir, principalmente, sobre os corpos de mulheres, sobre a reprodução, a sexualidade e a família (CARNEIRO, 2010). Para a finalidade dessa pesquisa, destaca-se que o processo de modernidade deve ser, necessariamente, articulado ao sistema colonial, mais especificamente ao modo como o sistema moderno-colonial de gênero (LUGONES, 2014) operou na produção de discursos sobre o aleitamento.

Assim, focalizando primeiramente na figura da ama de leite, Carneiro (2010) analisa teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no período de 1847-1880, e destaca algumas narrativas as quais caracterizavam tais mulheres enquanto “indolentes”, “preguiçosas”, “estúpidas”, “más”, “viciosas”, “saturadas de moléstias transmissíveis e mortaes”. Para o entendimento de tais categorias, remete-se ao debate de Lugones (2014) sobre a racionalidade binária e hierarquizante moderna-colonial, que representou mulheres negras escravizadas como todo o mal e atraso para uma sociedade que buscava a saúde, a educação moral e a constituição da família nuclear (CARNEIRO, 2010).

Portanto, a contrapartida da organização familiar baseada em preceitos europeus e burgueses, de unidade e integração, se constituiu através de intensas violências realizadas nos parentescos de famílias não-brancas (LUGONES, 2014), como também das estratégias de normalização da sociedade brasileira, sendo, neste panorama, imprescindível o controle dos corpos das amas de leite. Nesse ínterim, se antes a ama já era escolhida criteriosamente, agora havia uma preocupação eugenista e moral, que implicou em uma avaliação sistemática das suas condições de saúde, seus estereótipos corporais, principalmente quanto ao tamanho e formato dos seios, como também, a exigência sobre determinados padrões comportamentais, bons costumes, como o interesse pelos princípios religiosos e morais. Ressalta-se, portanto, um processo normativo de controle de parte da população em bases políticas, assim como explicita Marques (1862 apud MAUZE, 2018, p. 369):

É tão melindrosa a escolha de uma ama, que se faz precisa toda a vigilância e cuidado; ela deve ser perfeita, pois que não servirá uma que for vesga, nem muito gorda, nem muito magra; deve ser alegre e que tenha bons modos, que tenha bons dentes e que tenha bom cheiro na boca, e fazer-se todo exame nas gengivas, pois qualquer sombra de escorbuto será muito danosa ao menino. Deve-se preferir a mulher de peitos medianos à de peitos grandes, a mulher morena à alva, sardenta, ruiva e feia.

Silva (2004, p. 227) aponta que as qualidades requeridas para uma ama se diferenciavam de domésticas comuns, assim, estas mulheres “não deveriam ser velhas ou mesmo de meia idade”, sendo preferíveis “mulheres jovens e sadias, se possível de ‘primeira cria’ ou ‘primeira barriga’ (termos recorrentes nos jornais)”, como também, aquelas sem filhos. Para além, havia recomendações nutricionais quanto à condição alimentar, principalmente colocando restrições aos temperos e comidas fortes como alho, cebola, pimenta e alimentos gordurosos; médicas, onde o controle incidia sobre a vida sexual dessas mulheres, devido à crença de que tal atividade poderia contaminar o leite e, conseqüentemente, a criança, e uma demanda por atos performativos de carinho para com as crianças (SILVA, 2004). Pontua-se, neste caso, a contradição entre as condições desumanizantes as quais tais mulheres estavam submetidas e ainda assim o pedido, por parte dos senhores, de terem um cuidado humanizado para com os bebês (CARNEIRO, 2007).

De acordo com Koutsoukos (2009), os médicos realizavam, ainda, uma divisão sobre os tipos de aleitamento possível, sendo estes, o materno, o artificial, o mercenário e o misto feminino. O mercenário e o misto feminino são os que interessam nesta pesquisa, pois o primeiro acontece quando a mãe não tem condições físicas ou desejáveis para realizar a amamentação, e o segundo quando a mãe, mesmo não tendo condições, deseja participar do aleitamento. Dessa forma, nas duas situações a ama-de-leite era necessária, sendo que no aleitamento mercenário a ama de leite ocupará um lugar fixo e integral, enquanto no misto participará da amamentação juntamente com a mãe biológica.

Aqui, vale ressaltar que as amas mercenárias eram mulheres livres, brancas ou negras, que recebiam tal nome devido ao estigma negativo que carregavam, pois haviam abandonado a “amamentação do próprio filho em benefício do filho do senhor que a contratava”, enquanto as amas escravizadas carregavam “uma espécie de garantia (experiências prévias, competências, obediência, servilismo, ‘caráter’) atestadas pelo senhor” (LIMA, 2019, p. 31). Não podemos esquecer que a introdução das amas brancas aconteceu neste contexto de influências das críticas higienistas quanto ao aleitamento provindo de amas negras, pois estas atestavam que o leite de origem africana poderia contaminar as crianças com os costumes, saberes e hábitos desses povos (SEGATO, 2006). Destaca-se, ainda, que o aleitamento por parte de mulheres brancas só foi possível devido também a uma permissão da Coroa Portuguesa para o aluguel destas, promulgada a partir de 1850 (SEGATO, 2006). Assim, a partir desse momento, mulheres escravas ou livres compuseram a prática do aleitamento materno como amas-de-leite.

Para além das complexidades acionadas entre as amas de leite brancas e/ou negras, livres e/ou escravizadas, há também outra articulação importante que acontece neste período, envolvendo dialeticamente amas de leite e “mães biológicas”. Nesse sentido, atrelado à ideia de “perigo” das amas de leite, os médicos também defendiam a necessidade de as mães biológicas cumprirem a função do aleitamento (KOUTSOUKOS, 2009). Tal questão é elucidada através de um recorte jornalístico escrito por um médico da época, o qual realiza uma articulação entre a degeneração das

amas de leite e a defesa pelo aleitamento materno realizado pela mãe biológica.

Quanto às crianças são indescritíveis as vantagens do aleitamento natural, em relação ao físico ou moral. Quanto ao físico, tudo depende da qualidade do leite, sua abundância e método na sua administração. Quanto ao moral, é fato, de cuja exatidão estou convencido, que as crianças adquirem o gênio, o caráter das mães ou das amas, desde os primeiros tempos da vida. Desde essa idade convém ser educado o homem, que é tão fácil em adquirir tudo quanto é mau. É o que se dá com as amas, sobretudo aqui em nosso país, onde para tudo somos fáceis. Entregam com toda a liberdade as crianças às amas, negras africanas, estúpidas, cheias de vícios, sem carinhos etc., o que faz que as crianças facilmente adquiram esses vícios, tornam-se impertinente etc. etc. (COSTA, 1879, p.67 apud CARULA, 2012, p. 201).

Logo, observa-se que quando os discursos médicos sanitaristas adentram no debate público, promovem maiores suspeitas sobre as amas-de-leite, ao passo que também criam novas significações sobre o ser mãe, ou seja, criam novas técnicas de controle e normatização do corpo da mulher branca e das práticas enunciadas como maternas, alocando determinados corpos femininos ao âmbito privado da domesticidade e convocando a mãe biológica para a responsabilidade de cuidar e aleitar o seu filho, como também, por vezes colocando-as ainda enquanto “surdas” diante do “chamado da natureza” para com o “seu dever mais sagrado” (CARNEIRO, 2010).

Para além, há outros dois discursos articulados a este panorama, de um lado, a premissa de uma mulher negra escravizada, perigosa, sexualizada, prostituta, a qual colocava em risco a família branca, pois possuía relações sexuais com os homens brancos, e, do outro, discursos que se referiam às posicionalidades das mulheres brancas, lidas enquanto puras, virgens e sacralizadas (MUSATTI-BRAGA, 2015). Bom, esta mulher negra também ocupava o espaço doméstico escravista, sendo conhecida enquanto mucama. Nota-se que mucama e ama de leite, se inter cruzam em alguns momentos, pois de acordo com Gonzalez (2020a, p. 53).

enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre ‘livre’ das sinhazinhas. Isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes.

Algo que é evidenciado nesse jogo, em que mulheres, interseccionadas a marcadores sociais diversos, são posicionadas em relações complexas, é o fato de que “trata-se de um mosaico de sujeitos-objetos que se evidenciam em diferentes narrativas, que contracenam entre si, mas, pensados no seu conjunto, se organizam em contraponto com um referente que aparece mais ou menos explícito: o sujeito masculino, branco, livre e civilizado” (CARNEIRO, 2010, n.p.). Interessante pensar aqui, que na narrativa ocidental europeia há uma leitura a qual corporifica as mulheres, enquanto a masculinidade branca é representada por homens dotados de razão e pensamento (OYĚWŪMÍ, 2017).

Como dito anteriormente, para o projeto civilizatório que se construía no Brasil, ideologicamente sustentado por discursos modernos-coloniais e médico-higienistas, as mulheres brancas e negras precisavam passar por intensas técnicas de controle e normatizações. Nesta pesquisa, destacam-se às mulheres negras escravizadas que, neste contexto, eram lidas enquanto um atraso para a sociedade. Entretanto, Deiab (2006) pontua algo

importante, ao analisar que não só a amamentação realizada pelas amas vai ser atingida pelo avanço destas racionalidades, mas também o próprio sistema escravista. Nesse contexto, o sistema escravocrata enquanto instituição passa a ser entendido como impedimento para o alcance da civilidade brasileira à luz europeia. Este fato é evidenciado pela autora, a partir do estudo das fotografias das amas de leite com crianças brancas, em que os rostos e corpos negros vão sendo apagados dos registros com o passar dos anos, ficando apenas visível o sinhô/sinhazinha. Desse modo, é perceptível a ideologia do embranquecimento que se delineava, entretanto, é importante pontuar que, por mais que a sociedade brasileira fizesse esse movimento de tentar esconder sua base escravista, esta ainda apareceria encoberta e “persistiria nos hábitos consolidados durante mais de três séculos” (DEIAB, 2006, p. 20).

Sinaliza-se, portanto, o fato de que discursos formalizados na época colonial sobre mulheres negras e brancas vão perdurar no fio histórico da sociedade brasileira, sustentando ideologias que naturalizam dominações dos corpos femininos. Nota-se que a permanência desses discursos opera no sentido de manter mulheres em posições subordinadas, cada uma à sua maneira, dependendo de suas configurações relacionais e interseccionais de raça, classe, gênero e etc. Importante ressaltar, ainda, que a organização formalizada naquele período sobre os espaços geográficos, no que diz respeito aos ambientes públicos e privados, estão também articuladas a racionalidades sustentadas por ideologias biologizantes, que circunscrevem as mulheres ao âmbito doméstico. Dessa forma, o trabalho livre realizado por parte delas nesse espaço não representaria alguma valorização/qualificação social, visto que formalizava uma hierarquização da vida, dos espaços sociais e de seus corpos (CARNEIRO, 2006), fato possível de ser analisado através da figura contemporânea da babá.

Esta pesquisa não tem o objetivo de esboçar detalhadamente a relação entre amas de leite e babás, contudo, torna-se importante localizar, ainda que de modo pontual, essa correlação. Ressalta-se um fio discursivo que conecta parcialmente tais figuras, sendo que parte das imagens de controle formalizadas sobre mulheres negras na época escravista se atualiza nas narrativas sobre as babás, demonstrando a permanência de racionalidades coloniais na vida em sociedade. Tal continuidade rearticula processos de naturalização de sistemas de opressão e exploração, que se organizam em aliança a ideologias racistas, sexistas e classistas. Desse modo, acompanhar o caminho da ascensão e de declínio das amas de leite no Brasil, como também sua transfiguração em outras figuras na atualidade, possibilita a problematização de dinâmicas sociais, econômicas e políticas que circulam nos pais e que interferem nos processos de organização social e subjetiva.

Para tanto, é preciso entender que, estruturalmente, o “pós-abolição” em 1888 não trouxe mudanças significativas no Brasil. Desse modo, o trabalho doméstico destinado a homens e mulheres negros no período escravagista continuou sendo o “destino” e o meio de sobrevivência possível pelo qual ocorria a inserção de grande parte desta mão de obra no mercado de trabalho (PEREIRA, 2011). Como foi exposto anteriormente, as amas de leite continuaram existindo após a abolição, bem como muitos serviços que se caracterizavam como domésticos, como por exemplo, cozinheira e lavadeira. Para além, Gonzalez (2020b) diz sobre o peso da dupla jornada de parte de mulheres negras que trabalham nos espaços domésticos, dentro das dinâmicas do capitalismo/colonialidade. Para ela,

no período que imediatamente sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi

duplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (GONZALEZ, 2020b, p.40).

Assim, compreende-se que, apesar da abolição, ideologias racistas, patriarcais e classistas permaneceram estruturando a vida em sociedade, em intersecção com questões de gênero, raça e classe, que localizavam(am) as mulheres negras, de modo prioritário, em uma associação a “cuidados dos lares” (PEREIRA, 2011, p. 4). Portanto, é sabido que, atualmente, “todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras racializadas, ‘abrem’ a cidade”, seja limpando “os espaços de que o patriarcado e capitalismo neoliberal precisam para funcionar” seja cozinhando e cuidando das crianças e idosos “para aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esportes e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas” (VERGÊS, 2020, p. 18). Nesse sentido, Pereira (2011) e Gonzalez (2020b), afirmam que o trabalho dessas mulheres como babá e/ou da empregada doméstica vem sendo fundamental para que mulheres, sobretudo brancas e de classes médias/altas, possam sair do âmbito doméstico para trabalhar e incorporar-se no sistema produtivo, reafirmando uma dinâmica de desigualdade social/racial.

Considerações

Assim, conclui-se que a análise de imagens de controle formalizadas no período escravista brasileiro sobre as mulheres negras, mais especificamente sobre as amas de leite, se apresenta como analisadores importantes para pesquisas que objetivam problematizar maneiras como os processos de colonialidade se atualizam no contemporâneo e impactam de modos plurais a população brasileira.

Destaca-se, por fim, que as questões aqui levantadas, se somam a pesquisas que problematizam os processos de produção da subjetividade desde análises interseccionais e localizadas, e que buscam desestabilizar a dinâmica geopolítica do conhecimento que toma as epistemologias do norte como referências centrais e/ou únicas. Deste modo, a investigação se assume desde uma perspectiva antirracista, buscando fomentar este debate nos campos plurais que compõem a Psicologia, e, principalmente, evidenciar e produzir outras narrativas sobre as mulheres negras para além de noções historicamente consolidadas de subalternidade e de inumanidade.

Sobre o artigo

Recebido: 02/08/2022

Aceito: 11/09/2022

Referências bibliográficas

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.
- BARBIERI, C. L. A.; COUTO, M. T. As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história. **Cadernos de História da Ciência**, v.8, n.1, p. 61-76, 2012.
- CARNEIRO, M. E. R. **Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutora em História), Programa de pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília: 2006.

CARNEIRO, M. E. R. Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista. **Tempos de História**, v. 15, n. 1/2, p. 121-142, 2007.

CARNEIRO, M. E. R. Viciosos ou virtuosos, corpos excitados nos discursos da medicina brasileira oitocentista. **Labrys, Études féministes/Estudos feministas**, n. 17, 2010.

CARULA, K. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. **História, Ciências, Saúde**. v. 19, p. 197-214, 2012.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEIAB, R. A. **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)**. 2006. 296 f. Dissertação (Mestre em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. (orgs.). **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano (1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a, p. 49-64.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra. In: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano (1979)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b, p. 25-44.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KOUTSOUKOS, S. S. M. Amas na fotografia brasileira da segunda metade do século XIX. **Revista Studium**. Representação Imagética das Africanidades no Brasil, p. 1-4, 2007.

KOUTSOUKOS, S. S. M. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde**, v. 16, n. 2, p. 305-324, 2009.

LIMA, R. A. Édipo negro: estrutura e argumento. **Acta Psicossomática**, v.2, n. 1, p. 26-39, 2019.

LÖFGREN, I.; GOUVÊA, P. (orgs.). **Mãe Preta: exposição e pesquisa**. São Paulo: Frida Projetos Culturais, 2018.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935- 952, 2014.

MAUZE, M. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: XAVIER, R.C.L.; OSÓRIO, H. (Orgs). **Do tráfico ao pós-abolição: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos. 2018, p. 360-391.

MUSATTI-BRAGA, A. P. **Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras**. 2015, 288 f. Tese (Doutora em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OYĒWŪMÍ, O. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. En la frontera: Bogotá, 2017.

PEREIRA, B. P. De escravas a empregas domésticas – A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. In: FERREIRA, M. M. (org.).

ANAIIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, 2011.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 114, p. 179-195, 2001.

SCHUCMAN, L. V. Xuxa, Pelé e as relações interracialias. **Catarinas**. 29 mar 2021. Disponível em: <<https://catarinas.info/xuxa-pele-e-as-relacoes-interraciais/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

SCHWARCZ, L. M. Visível e invisível. In: LÖFGREN, I.; GOUVÊA, P. (orgs.). **Mãe Preta: Exposição e Pesquisa**. São Paulo: Frida Projetos Culturais, 2018, p. 47-56.

SEGATO, R. **Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça**. Brasília: Série Antropologia 400, 2006.

SILVA, M. H. C. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. 2014. 299 f. Dissertação (Mestre em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, R. R. A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. **Antíteses**. v. 9, n. 17, p. 297-322, 2016.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.